

Guia rápido para uma escrita inclusiva elaborado no âmbito das medidas para a Área Estratégica 1 Comunicação e Imagem para a Igualdade e Não-discriminação do PALPIC – Plano de Ação Municipal para a Igualdade, Género, Cidadania e a Não-discriminação.

Fundamentação legal

Tal como podemos ler no Manual para a Linguagem inclusiva do Conselho Económico e Social:

*“Recentemente, a [Lei nº 4/2018, de 9 de fevereiro](#), que aprova o regime jurídico da avaliação de impacto de género de atos normativos, e o [Decreto-Lei no 169-B/2019, de 3 de dezembro](#), que aprova o regime da organização e funcionamento **do XXII Governo Constitucional**, incluem normas que preconizam a utilização de linguagem não discriminatória.*

A nível internacional, o Estado está vinculado, por uma [Convenção da ONU](#)⁵ e outra do [Conselho da Europa \(Recomendação sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género \(REC, 2007, 17\)\)](#), a adotar as medidas necessárias para promover mudanças nos padrões de comportamento socioculturais das mulheres e dos homens, tendo em vista a erradicação de preconceitos, costumes, tradições e de todas as outras práticas assentes na ideia de inferioridade das mulheres ou nos papéis estereotipados das mulheres e dos homens. Em 2019 a [Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o sexismo \(REC, 2019, 1\)](#) reitera o papel da linguagem inclusiva na garantia da igualdade entre mulheres e homens, referindo a importância de utilizar as formas feminina e masculina ou neutra das designações e de usar a forma feminina e masculina ou neutra quando nos dirigimos a um grupo, bem como, a título de boa prática, a preparação de manuais de utilização de linguagem e comunicação, para uso na administração pública e seus documentos, que sejam não sexistas e não perpetuem estereótipos, ou seja, preconceitos profundamente enraizados sobre papéis sociais de homens e de mulheres, que limitam a liberdade individual, designadamente em

matéria de escolhas profissionais e de progressão nas carreiras, e que impedem a concretização da igualdade de facto entre mulheres e homens.” (CES, pág-5-8).

Assim, de acordo com os compromissos assumidos pela proposta de Reunião de Câmara nº 1089/2021 aprovada por unanimidade a 12 de Fevereiro de 2021 e ainda pelo compromisso assumido no âmbito do financiamento do POR LISBOA 2020, que aprova financiamento para o “Plano de Ação Local para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação da Câmara Municipal de Montijo – PALPIC”, com data 01-01-2021 do início da operação:

Somos aqui a integrar no âmbito do nosso trabalho uma **ferramenta de consulta rápida** para a utilização de todas as pessoas que produzem e elaboram documentos internos e externos à nossa Autarquia, **por forma garantir o cumprimento legal das nossas tarefas.**

Ainda, sugerimos a leitura aprofundada dos seguintes documentos, a consultar nos links:

https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/05/ces_manual_linguagem_inclusiva.pdf

https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/06/Guia-Ling-Inclusiva-Adm-Publica_CIG_G-Abranches.pdf

Guia rápido para uma escrita inclusiva

(Quadros resumo, baseado Manual para a Linguagem inclusiva do Conselho Económico e Social e Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre **Mulheres e Homens na Administração Pública de Graça Abranches**)

1. Neutralização através de nome coletivo

Em vez de	Sugere-se
Os imigrantes	As pessoas imigrantes/emigrantes; comunidades migrantes
Os jovens	Juventude; a população jovem; as pessoas jovens
Os idosos	A população idosa; as pessoas idosas
Médicos, Enfermeiros, etc.	Profissionais de saúde, pessoal de enfermagem; profissionais de enfermagem; pessoal médico
Professores	O corpo docente; docentes
Eleitores	O eleitorado
Alunos	Discentes
Direitos do homem	Direitos humanos ¹

Exemplos mais práticos

Em vez de “Políticas publicas para os jovens” sugere-se: “Políticas públicas de juventude”

¹ Em conformidades coma Lei n.º 45/2019, de 27 de Junho e com RCM nº 21/2019, de 17 de janeiro.

Em vez de “Material para os alunos de 12^a”, sugere-se: “Material para discentes de 12^o”.

Em vez de “Gabinete de apoio ao idoso”, sugere-se “Gabinete de apoio à população idosa”

2. Para os formulários e requerimentos

Em vez de	Sugere-se
O candidato deve enviar o formulário de candidatura até ao dia X	O formulário de candidatura deve ser enviado até ao dia X
O requerente pode consultar nas instruções na plataforma X	As instruções sobre o requerimento podem ser consultadas na plataforma X
Os requerentes devem..	Quem requer deve...
Os subscritores da petição	Petição subscrita por
Nascido em	Local/Data (conforme o caso) de nascimento
Filho de	Filiação
Nascido	Naturalidade
Obrigado pela sua colaboração	Agradecemos ou agradece-se a sua colaboração
Exmo. Sr. Presidente	À Presidência do Conselho Diretivo
Exmo. Senhor Diretor Geral	À Direção Geral
O Gerente	A gerência
O diretor	A Direção
Os licitadores	A entidade licitadora
As empregadas da limpeza	O pessoal da limpeza

3. Se necessários a especificação do sexo, utilizar formulas duplas

Em vez de	Sugere-se
O(a) ou Os(As)	O/A ou Os/As
O(A) Funcionário (a)	O/A Funcionário/a
Os alunos	As alunas e os alunos
O requerente	O/A requerente
Os estudantes	As e os estudantes
Os pais	A mãe e o pai
Os reformados	As reformadas e os reformados
Os pensionistas	As/os pensionistas
O utente	A/O utente
O estudante	A/O estudante
O jovem	O/A jovem
O Titular	O/A titular
O Cidadão	A/Cidadã/o
O monitor	O/A monitor/a

4. Exemplos ainda de linguagem inclusiva aplicada a situações específicas

Em vez de	Sugere-se
Deficiente ou portador de deficiência	Pessoa com deficiência
Deficiente motor	Pessoa com deficiência motora ou com mobilidade reduzida
Invisual	Cega/o
Velhos/as	Pessoas idosas, seniores
Raça Cigana	Comunidades ciganas/pessoas ciganas
Fazer referência a pessoas de um continente (quando o objetivo não é esse)	Fazer referência às pessoas do(s) país(es) específico (s) que se pretende mencionar